

Novo CPC

O que mudou?

aula 22

CPC-2015:

Art. 318. *Aplica-se a todas as causas o **procedimento comum**, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei.*

Parágrafo único. *O **procedimento comum** aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.*

CPC-2015

PARTE GERAL

LIVRO I

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

LIVRO II

DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

LIVRO III

DOS SUJEITOS DO PROCESSO

LIVRO IV

DOS ATOS PROCESSUAIS

LIVRO V

DA TUTELA PROVISÓRIA

LIVRO VI

DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DO PROCESSO DE CONHECIMENTO
E DO CUMPRIMENTO DE
SENTENÇA

TÍTULO I – DO PROCEDIMENTO
COMUM

TÍTULO II – DO CUMPRIMENTO DA
SENTENÇA

TÍTULO III – DOS PROCEDIMENTOS
ESPECIAIS

LIVRO II

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

LIVRO III

DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS
DECISÕES JUDICIAIS

CPC-2015

PARTE GERAL

LIVRO I

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

LIVRO II

DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

LIVRO III

DOS SUJEITOS DO PROCESSO

LIVRO IV

DOS ATOS PROCESSUAIS

LIVRO V

DA TUTELA PROVISÓRIA

LIVRO VI

DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DO PROCESSO DE CONHECIMENTO
E DO CUMPRIMENTO DE
SENTENÇA

TÍTULO I – DO PROCEDIMENTO
COMUM

TÍTULO II – DO CUMPRIMENTO DA
SENTENÇA

TÍTULO III – DOS PROCEDIMENTOS
ESPECIAIS

LIVRO II

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

LIVRO III

DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS
DECISÕES JUDICIAIS

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará **audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.***

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

§ 1º *O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.*
(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 2º *Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.*

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 3º *A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.*

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 4º A audiência não será realizada:

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

II - quando não se admitir a autocomposição.

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 4º *A audiência não será realizada:*

*I - **se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;***

II - quando não se admitir a autocomposição.

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 5º *O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.*

(...)

CPC-2015:

Art. 335. O réu poderá **oferecer contestação**, por petição, no **prazo** de 15 (quinze) dias, **cujo termo inicial será a data:**

(...)

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 6º *Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.*

(...)

CPC-2015:

Art. 335. *O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:*

(...)

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;

§ 1º *No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência.*

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 4º *A audiência não será realizada:*

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

*II - **quando não se admitir a autocomposição.***

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 7º *A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.*

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 8º O **não comparecimento injustificado** do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado **ato atentatório à dignidade da justiça** e será sancionado com **multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa**, revertida em favor da União ou do Estado.

(...)

CPC-2015:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

(...)

§ 8º O **não comparecimento injustificado** do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado **ato atentatório à dignidade da justiça** e será sancionado com **multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa**, revertida em favor da União ou do Estado.

(...)

VER ART. 77, §§ 2º A 5º

CPC-2015:

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:
(...)

§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui **ato atentatório à dignidade da justiça**, devendo o juiz, **sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.**

§ 3º **Não sendo paga no prazo a ser fixado pelo juiz, a multa prevista no § 2º será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou**, e sua execução observará o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos no art. 97.

§ 4º A multa estabelecida no § 2º poderá ser fixada independentemente da incidência das previstas nos arts. 523, § 1º, e 536, § 1º.

§ 5º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa prevista no § 2º poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.
(...)

CPC-2015:

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:
(...)

§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui **ato atentatório à dignidade da justiça**, devendo o juiz, **sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.**

§ 3º **Não sendo paga no prazo a ser fixado pelo juiz, a multa prevista no § 2º será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou**, e sua execução observará o procedimento da execução, revertendo os fundos previstos no art. 97.

§ 4º A multa estabelecida no § 2º poderá ser fixada independentemente das sanções previstas nos arts. 523, § 1º, e 536, § 1º.

§ 5º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa será fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.
(...)

NO CASO DO ART. 334, § 8º, O LIMITE DA MULTA É 2% DA VANTAGEM ECONÔMICA PRETENDIDA OU DO VALOR DA CAUSA

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 9º *As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.*

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 10. *A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.*

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 11. *A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença.*

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 12. *A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.*

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

*V - designar, se necessário, **audiência de instrução e julgamento.***

(...)

§ 9º ***As pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as audiências.***

PROCEDIMENTO COMUM

***PETIÇÃO INICIAL APRESENTADA E INDEFERIDA POR DEFEITO SANÁVEL,
SEM APELAÇÃO***

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO SANÁVEL, SEM APELAÇÃO

1

PETIÇÃO INICIAL
DEFEITUOSA

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO SANÁVEL, SEM APELAÇÃO

**ORDEM DE EMENDA OU
DE COMPLEMENTAÇÃO
DA PETIÇÃO INICIAL
(ART. 321)**

1

2

**PETIÇÃO INICIAL
DEFEITUOSA**

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO SANÁVEL, SEM APELAÇÃO

ORDEM DE EMENDA OU
DE COMPLEMENTAÇÃO
DA PETIÇÃO INICIAL
(ART. 321)



PETIÇÃO INICIAL
DEFEITUOSA

NÃO CUMPRIMENTO
DA DILIGÊNCIA

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO SANÁVEL, SEM APELAÇÃO

ORDEM DE EMENDA OU
DE COMPLEMENTAÇÃO
DA PETIÇÃO INICIAL
(ART. 321)

SENTENÇA
(ART. 485, I)



PETIÇÃO INICIAL
DEFEITUOSA

NÃO CUMPRIMENTO
DA DILIGÊNCIA

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO SANÁVEL, SEM APELAÇÃO

ORDEM DE EMENDA OU
DE COMPLEMENTAÇÃO
DA PETIÇÃO INICIAL
(ART. 321)

SENTENÇA
(ART. 485, I)



PETIÇÃO INICIAL
DEFEITUOSA

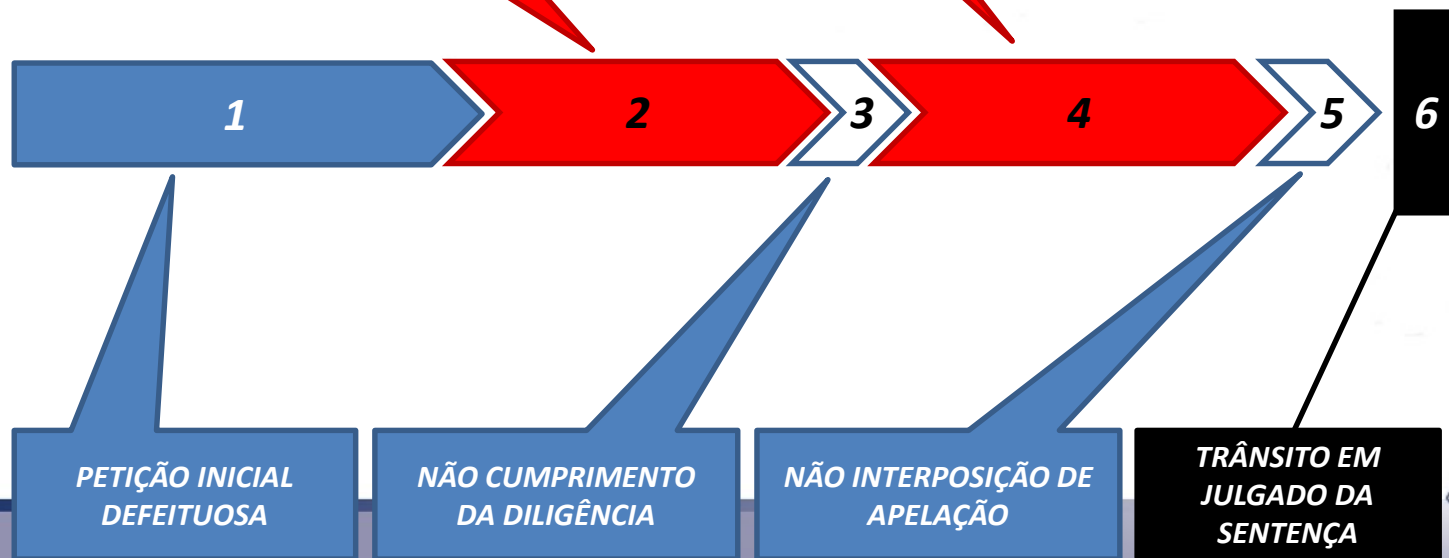
NÃO CUMPRIMENTO
DA DILIGÊNCIA

NÃO INTERPOSIÇÃO DE
APELAÇÃO

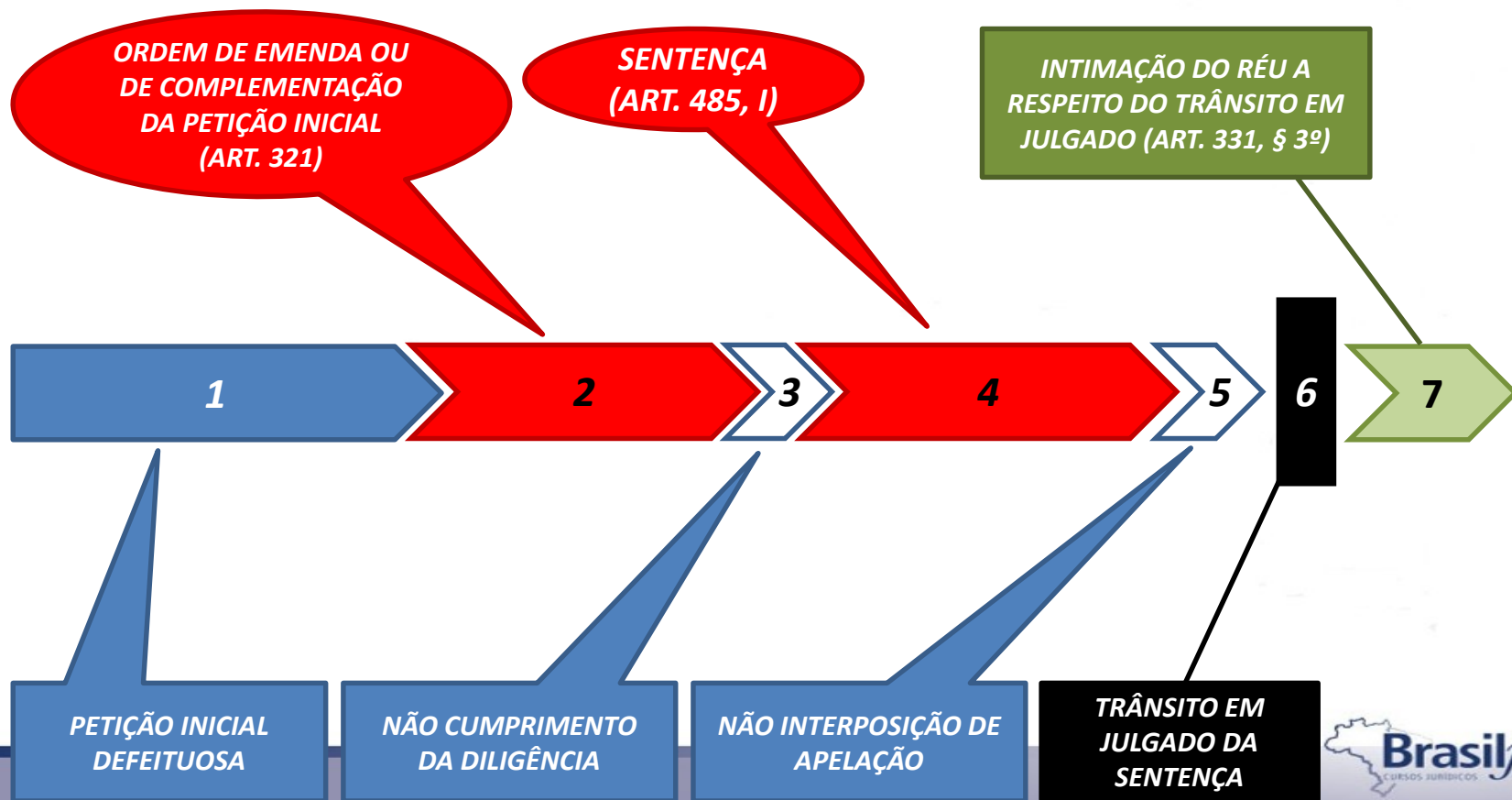
INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO SANÁVEL, SEM APELAÇÃO

ORDEM DE EMENDA OU
DE COMPLEMENTAÇÃO
DA PETIÇÃO INICIAL
(ART. 321)

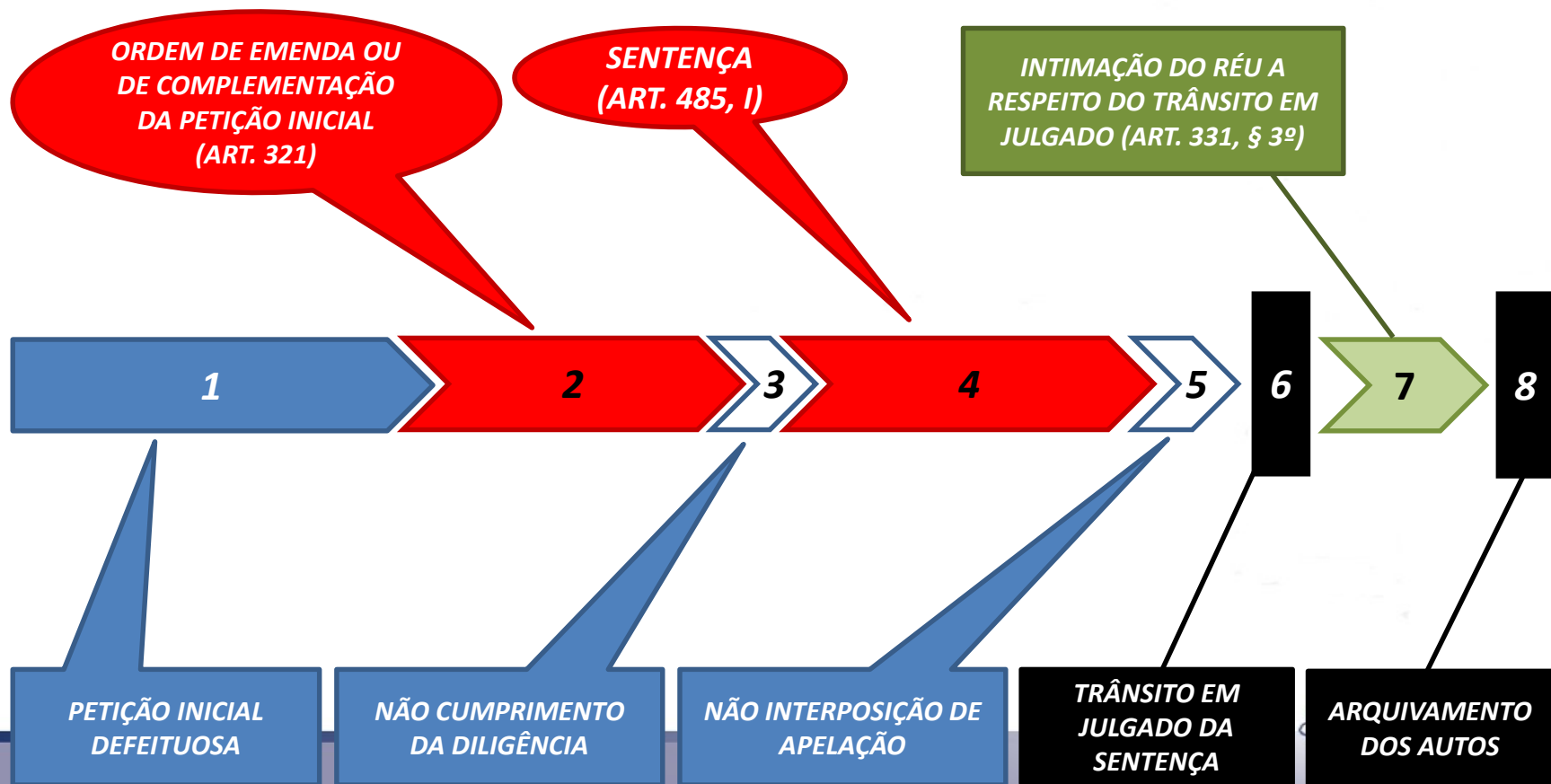
SENTENÇA
(ART. 485, I)



INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO SANÁVEL, SEM APELAÇÃO



INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO SANÁVEL, SEM APELAÇÃO



PROCEDIMENTO COMUM

***PETIÇÃO INICIAL APRESENTADA E INDEFERIDA POR DEFEITO INSANÁVEL,
SEM APELAÇÃO***

1 - Ponto do defeito discutido na petição inicial

***2 - Ponto do defeito não discutido na petição inicial e adoção do entendimento
de que não é necessário o contraditório prévio***

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO

1- PONTO DO DEFEITO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

2 - PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO

1

PETIÇÃO INICIAL DEFEITUOSA

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO

1- PONTO DO DEFEITO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

2 - PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO

SENTENÇA
(ART. 485, I)

1

2

PETIÇÃO INICIAL DEFEITUOSA

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO

1- PONTO DO DEFEITO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

2 - PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO

SENTENÇA
(ART. 485, I)



PETIÇÃO INICIAL DEFEITUOSA

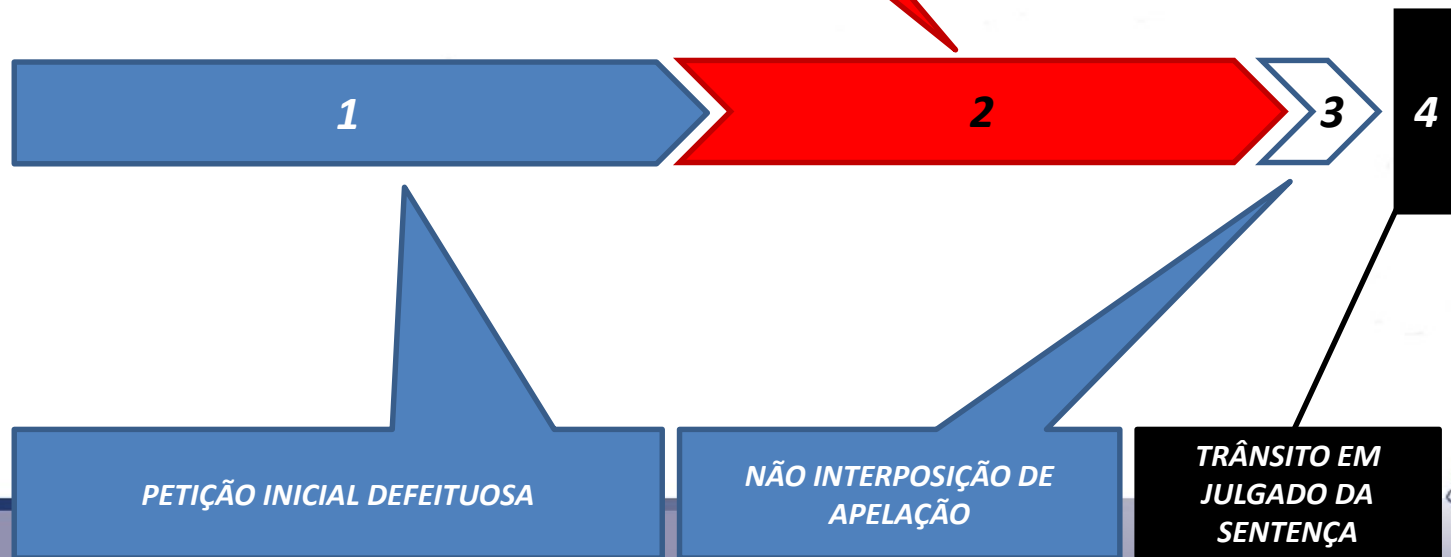
NÃO INTERPOSIÇÃO DE
APELAÇÃO

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO

1- PONTO DO DEFEITO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

2 - PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO

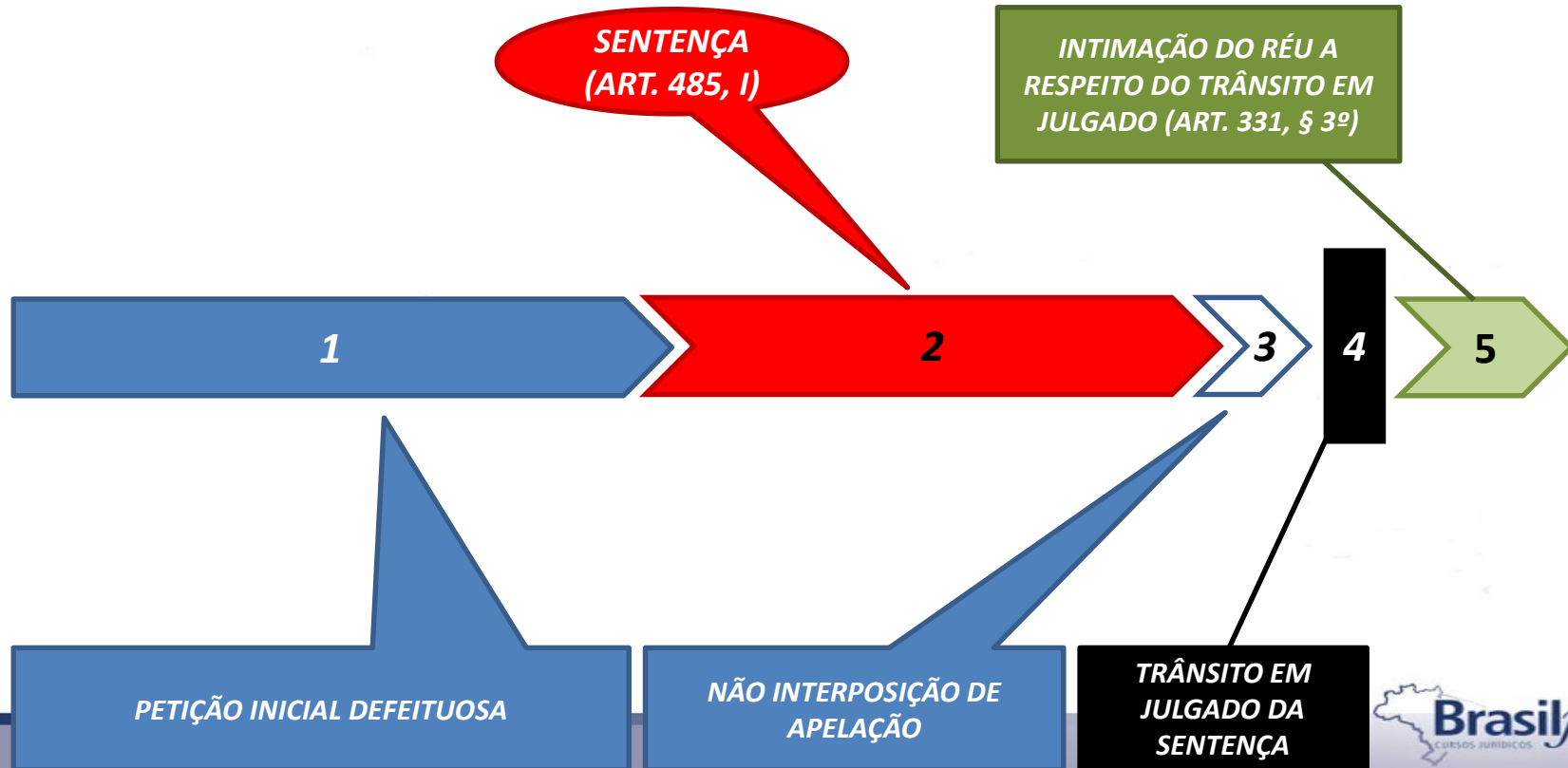
**SENTENÇA
(ART. 485, I)**



INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO

1- PONTO DO DEFEITO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

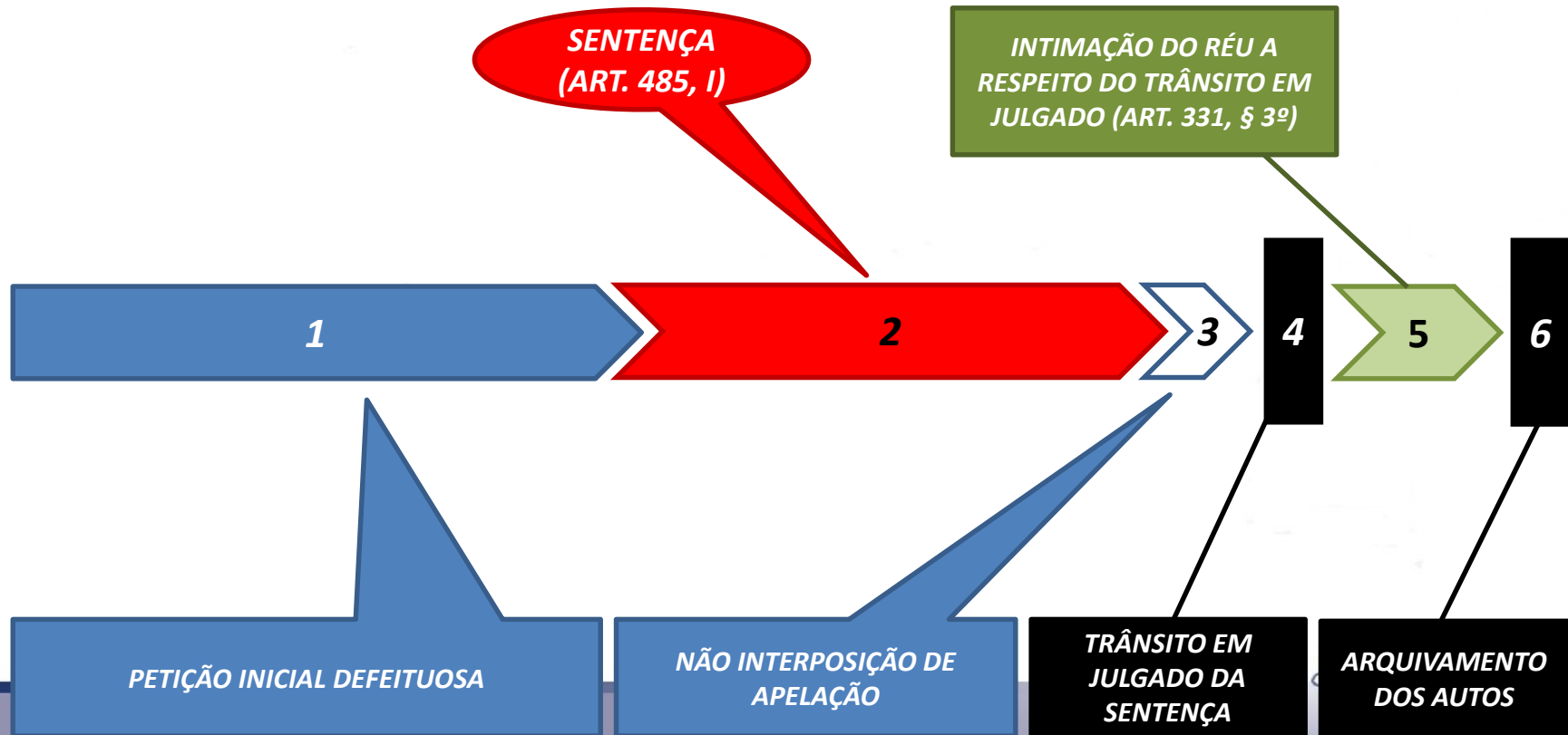
2 - PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO



INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO

1- PONTO DO DEFEITO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

2 - PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO



PROCEDIMENTO COMUM

***PETIÇÃO INICIAL APRESENTADA E INDEFERIDA POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM
APELAÇÃO***

***Ponto do defeito não discutido na petição inicial e adoção do
entendimento de que o contraditório deve ser prévio***

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO
(PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)

1

PETIÇÃO INICIAL
DEFEITUOSA

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO
(PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)

**ABERTURA DE
OPORTUNIDADE PARA O
AUTOR SE MANIFESTAR
SOBRE O PONTO
DEFEITUOSO
(ART. 10)**

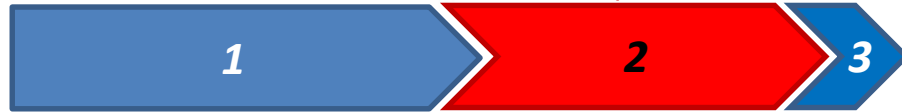
1

2

**PETIÇÃO INICIAL
DEFEITUOSA**

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO
(PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)

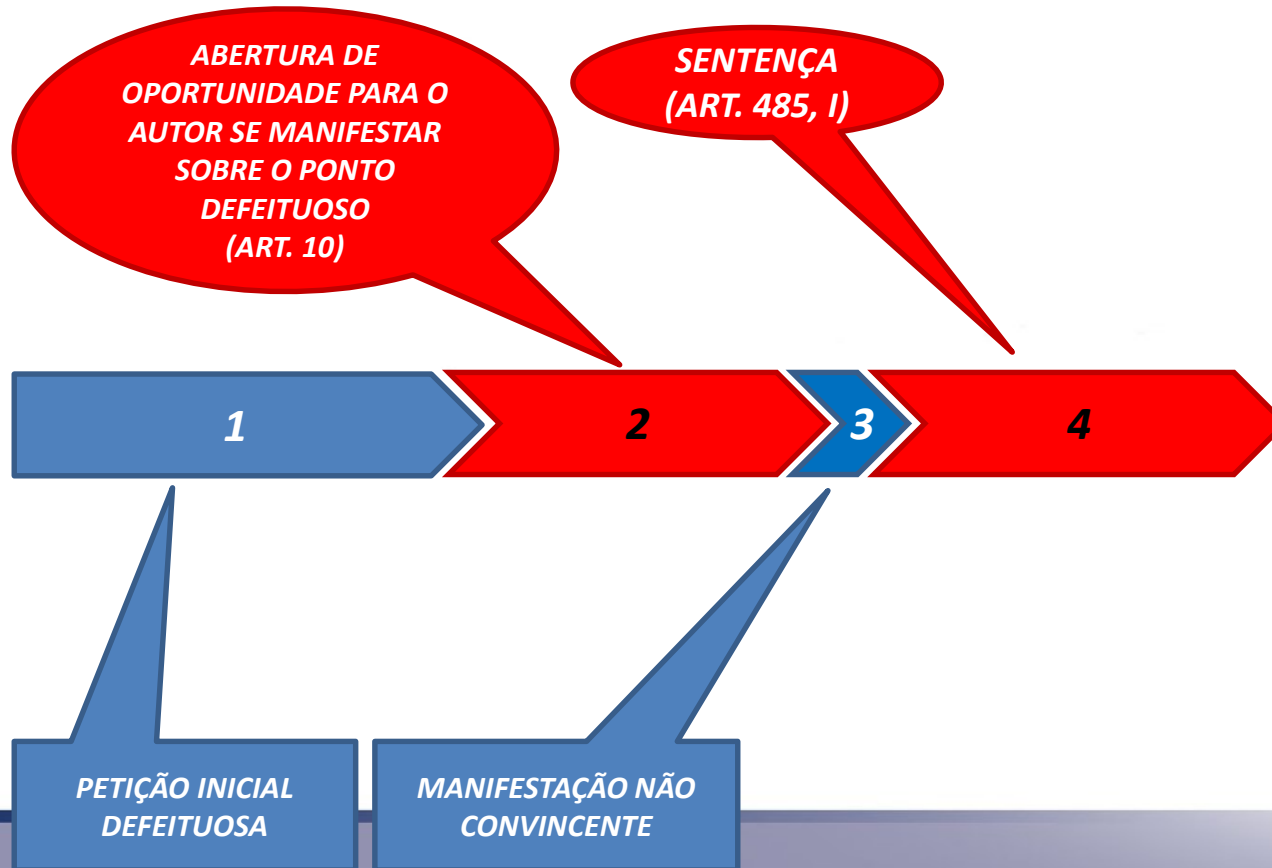
ABERTURA DE
OPORTUNIDADE PARA O
AUTOR SE MANIFESTAR
SOBRE O PONTO
DEFEITUOSO
(ART. 10)



PETIÇÃO INICIAL
DEFEITUOSA

MANIFESTAÇÃO NÃO
CONVINCENTE

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO
(PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)



INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO
(PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)

ABERTURA DE
OPORTUNIDADE PARA O
AUTOR SE MANIFESTAR
SOBRE O PONTO
DEFEITUOSO
(ART. 10)

SENTENÇA
(ART. 485, I)



PETIÇÃO INICIAL
DEFEITUOSA

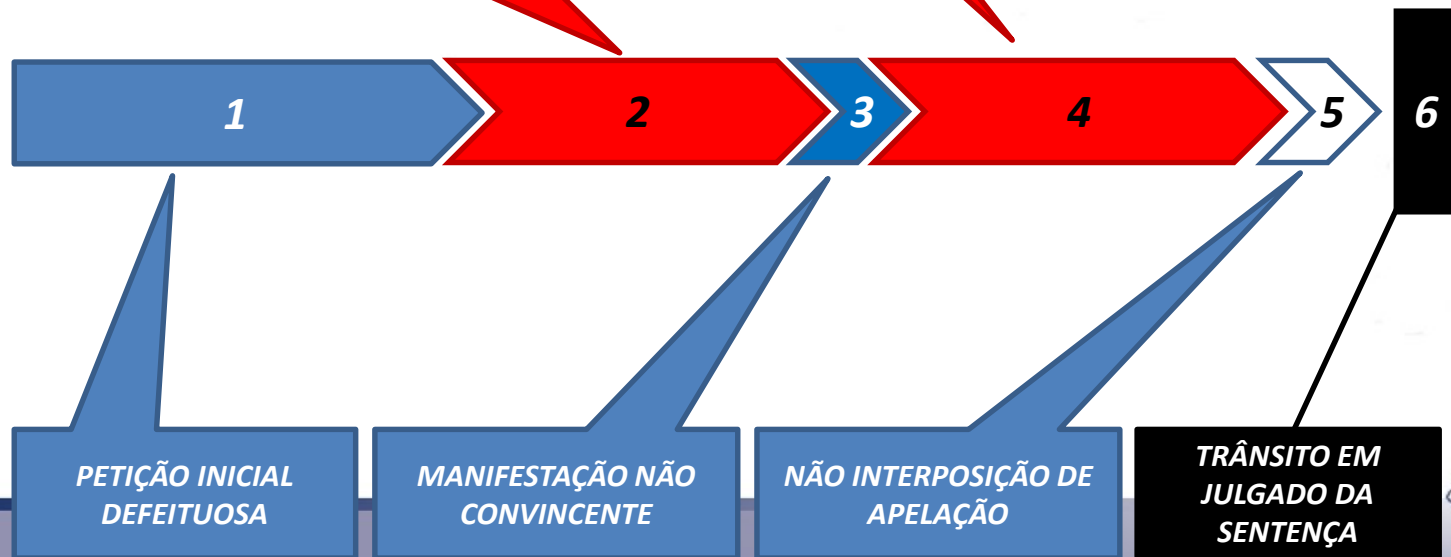
MANIFESTAÇÃO NÃO
CONVINCENTE

NÃO INTERPOSIÇÃO DE
APELAÇÃO

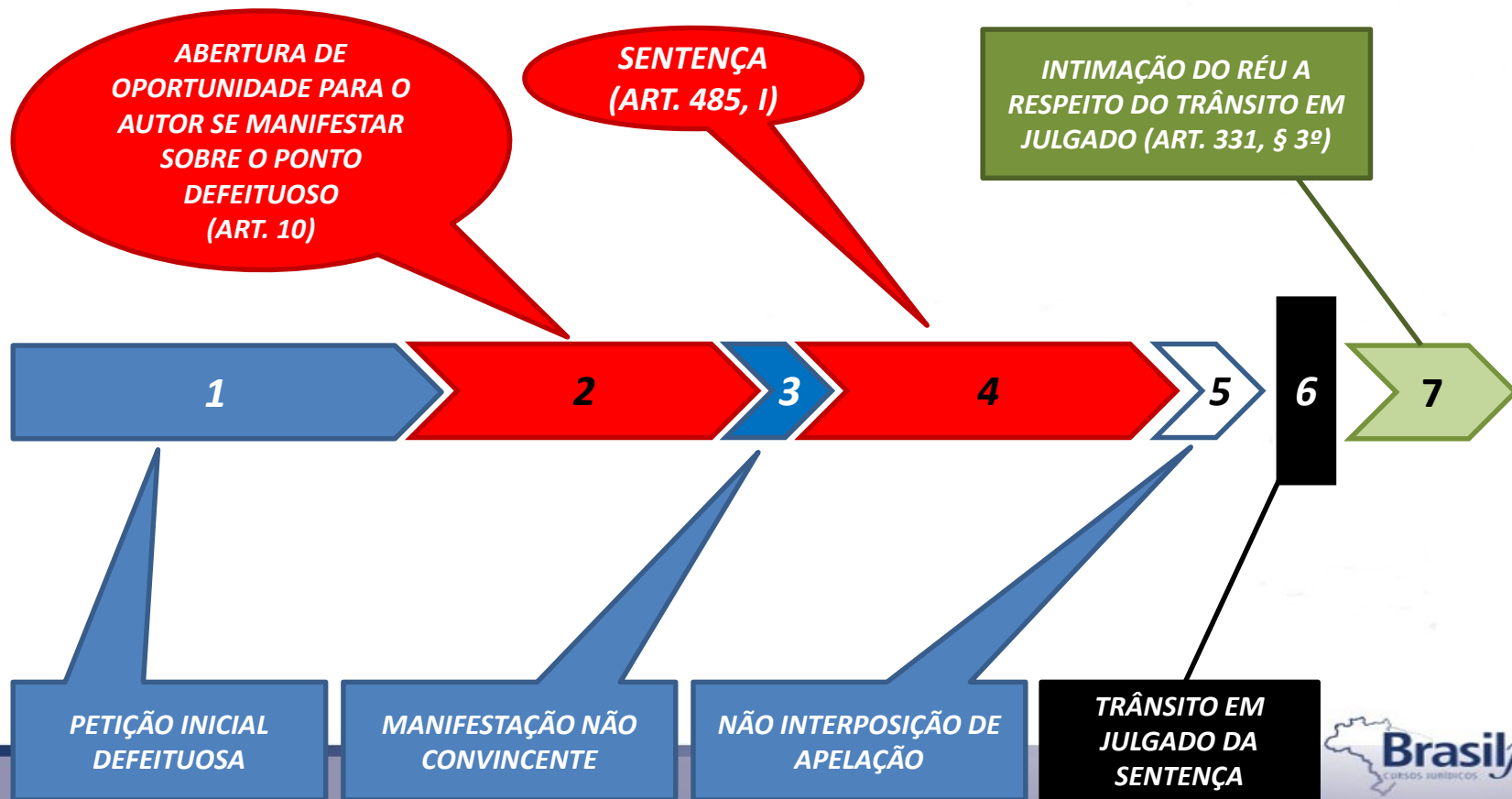
INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO
(PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)

ABERTURA DE
OPORTUNIDADE PARA O
AUTOR SE MANIFESTAR
SOBRE O PONTO
DEFEITUOSO
(ART. 10)

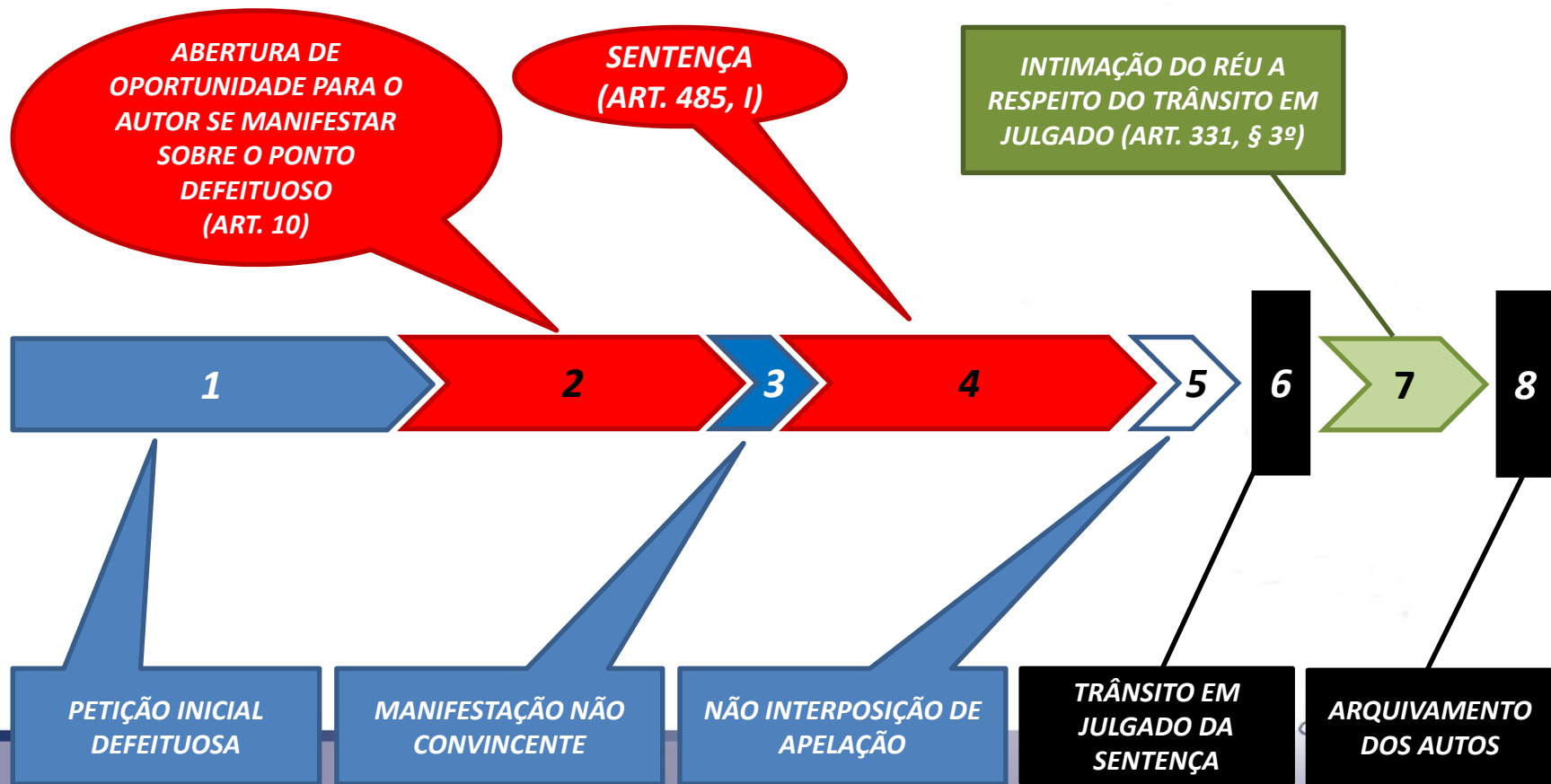
SENTENÇA
(ART. 485, I)



INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO
(PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)



INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR DEFEITO INSANÁVEL, SEM APELAÇÃO
(PONTO DO DEFEITO NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)



PROCEDIMENTO COMUM

IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

1 – Motivo da improcedência discutido na petição inicial

2 – Motivo da improcedência não discutido na petição inicial e adoção do entendimento de que não é necessário o contraditório prévio

IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

1- MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

2 – MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO

1

**PETIÇÃO INICIAL NOS TERMOS DO ART. 332,
“CAPUT” (C/C O ART. 927, “CAPUT”) E § 1º**

IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

1- MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

2 – MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO

SENTENÇA
(ART. 332)

1

2

PETIÇÃO INICIAL NOS TERMOS DO ART. 332,
“CAPUT” (C/C O ART. 927, “CAPUT”) E § 1º

IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

1- MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

2 – MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO

SENTENÇA
(ART. 332)



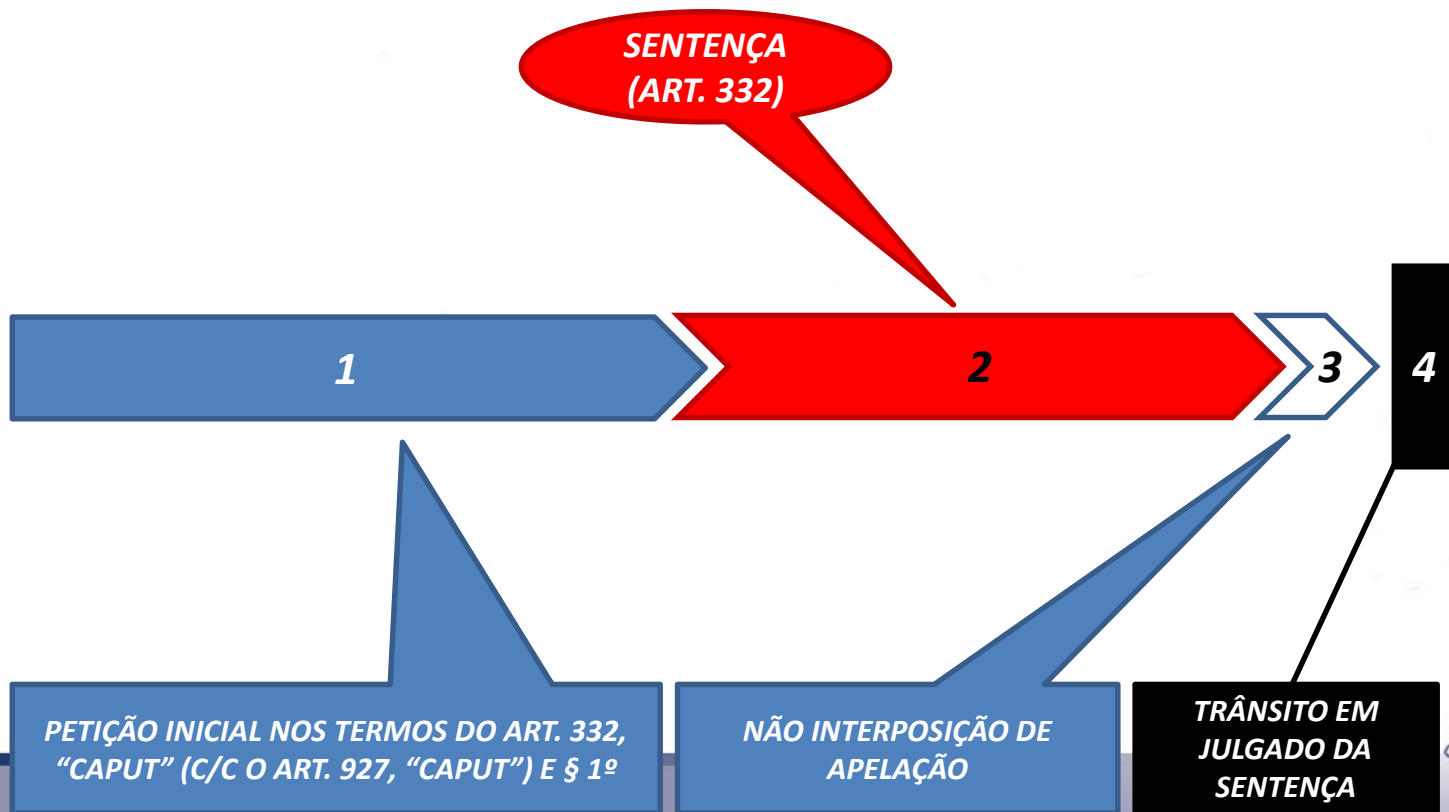
PETIÇÃO INICIAL NOS TERMOS DO ART. 332,
“CAPUT” (C/C O ART. 927, “CAPUT”) E § 1º

NÃO INTERPOSIÇÃO DE
APELAÇÃO

IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

1- MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

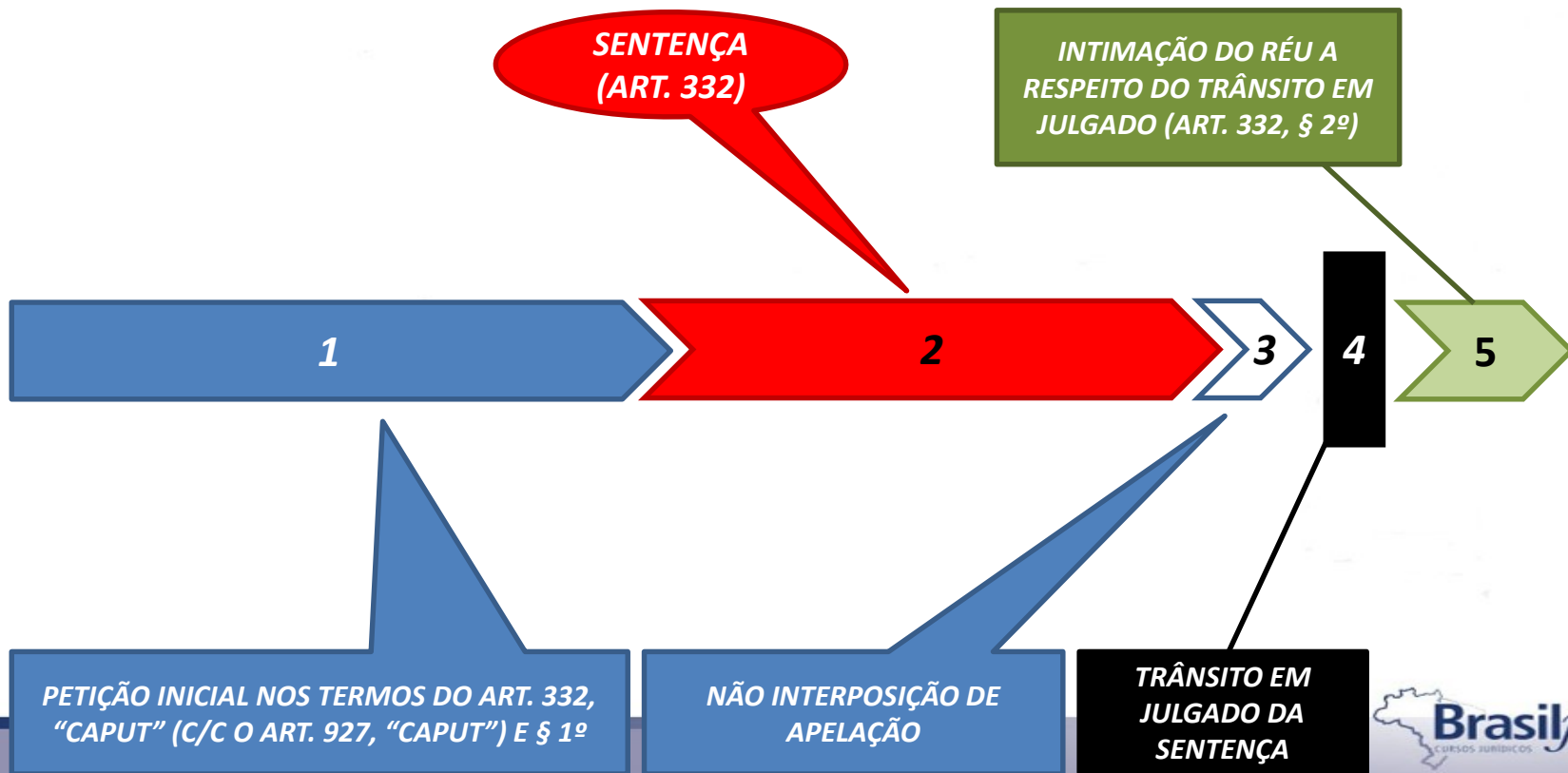
2 – MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO



IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

1- MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

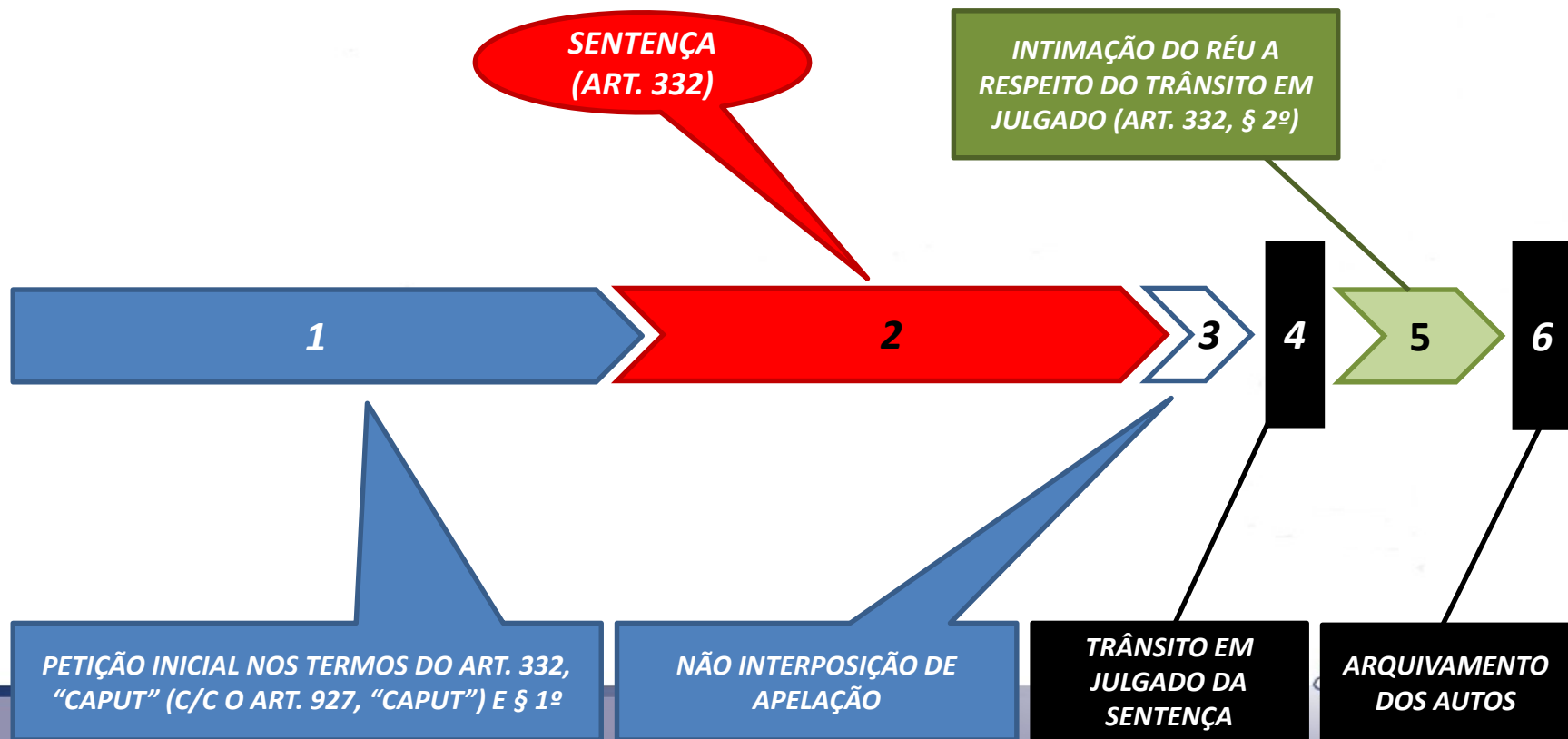
2 – MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO



IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

1- MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL

2 – MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É NECESSÁRIO O CONTRADITÓRIO PRÉVIO



PROCEDIMENTO COMUM

IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

Motivo da improcedência não discutido na petição inicial, com adoção do entendimento de que o contraditório deve ser prévio

IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

(MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)

1

PETIÇÃO INICIAL NOS
TERMOS DO ART. 332,
"CAPUT" (C/C O ART.
927, "CAPUT") E § 1º

IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

(MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)

**ABERTURA DE
OPORTUNIDADE PARA O
AUTOR SE MANIFESTAR
SOBRE O POSSÍVEL
MOTIVO DA
IMPROCEDÊNCIA
(ART. 10)**

1

2

**PETIÇÃO INICIAL NOS
TERMOS DO ART. 332,
"CAPUT" (C/C O ART.
927, "CAPUT") E § 1º**

IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

(MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)

ABERTURA DE
OPORTUNIDADE PARA O
AUTOR SE MANIFESTAR
SOBRE O POSSÍVEL
MOTIVO DA
IMPROCEDÊNCIA
(ART. 10)

1

2

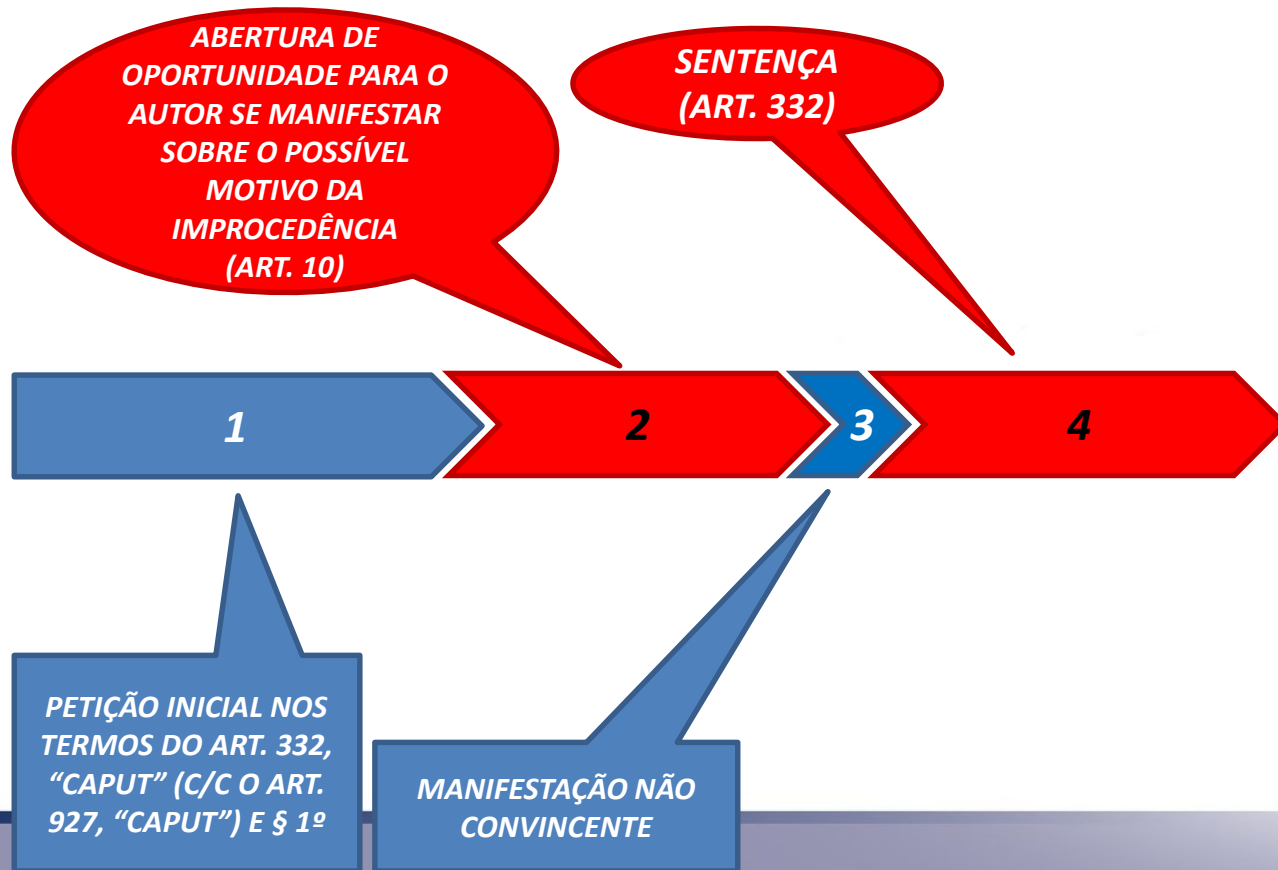
3

PETIÇÃO INICIAL NOS
TERMOS DO ART. 332,
"CAPUT" (C/C O ART.
927, "CAPUT") E § 1º

MANIFESTAÇÃO NÃO
CONVINCENTE

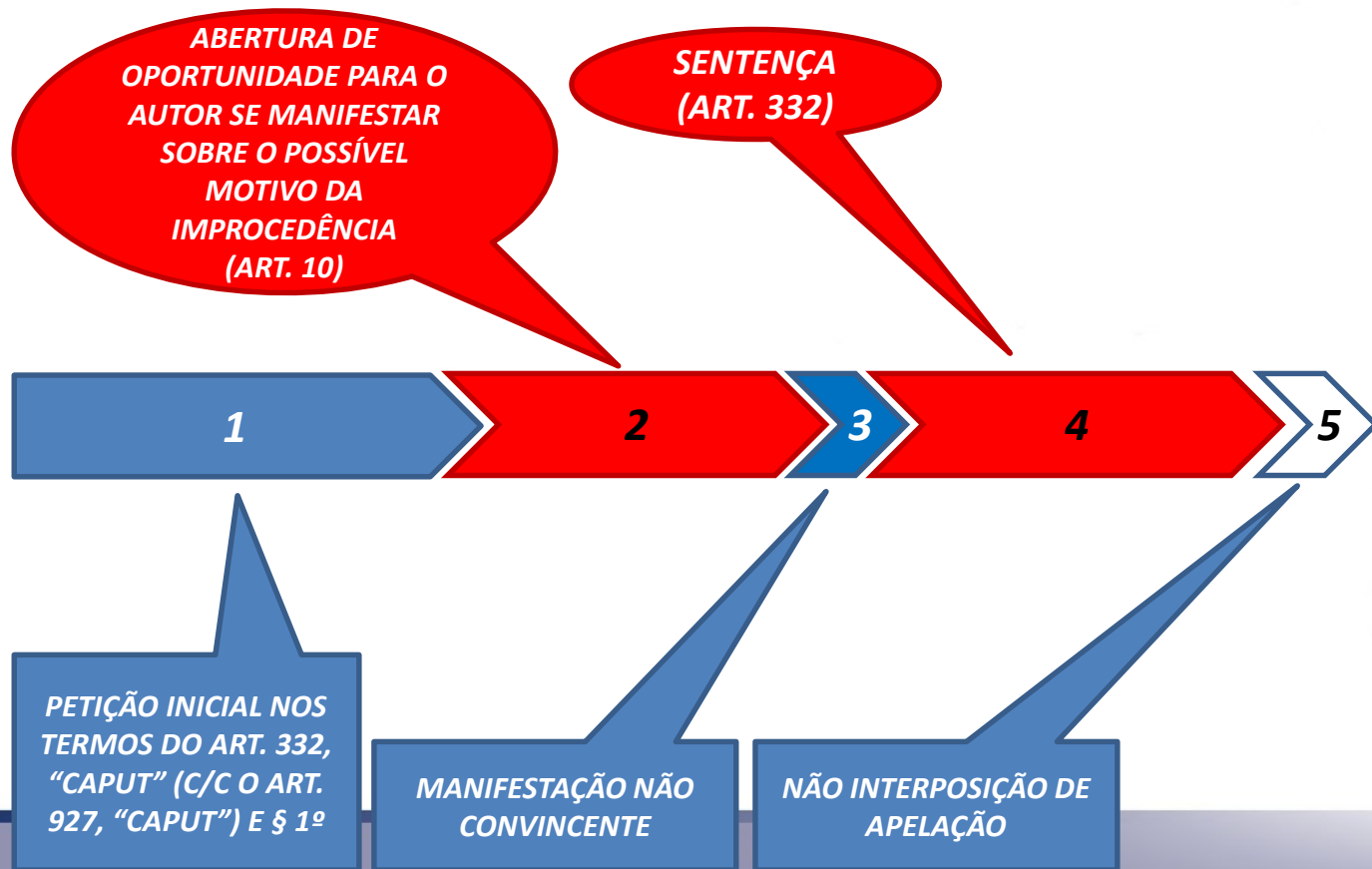
IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

(MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)



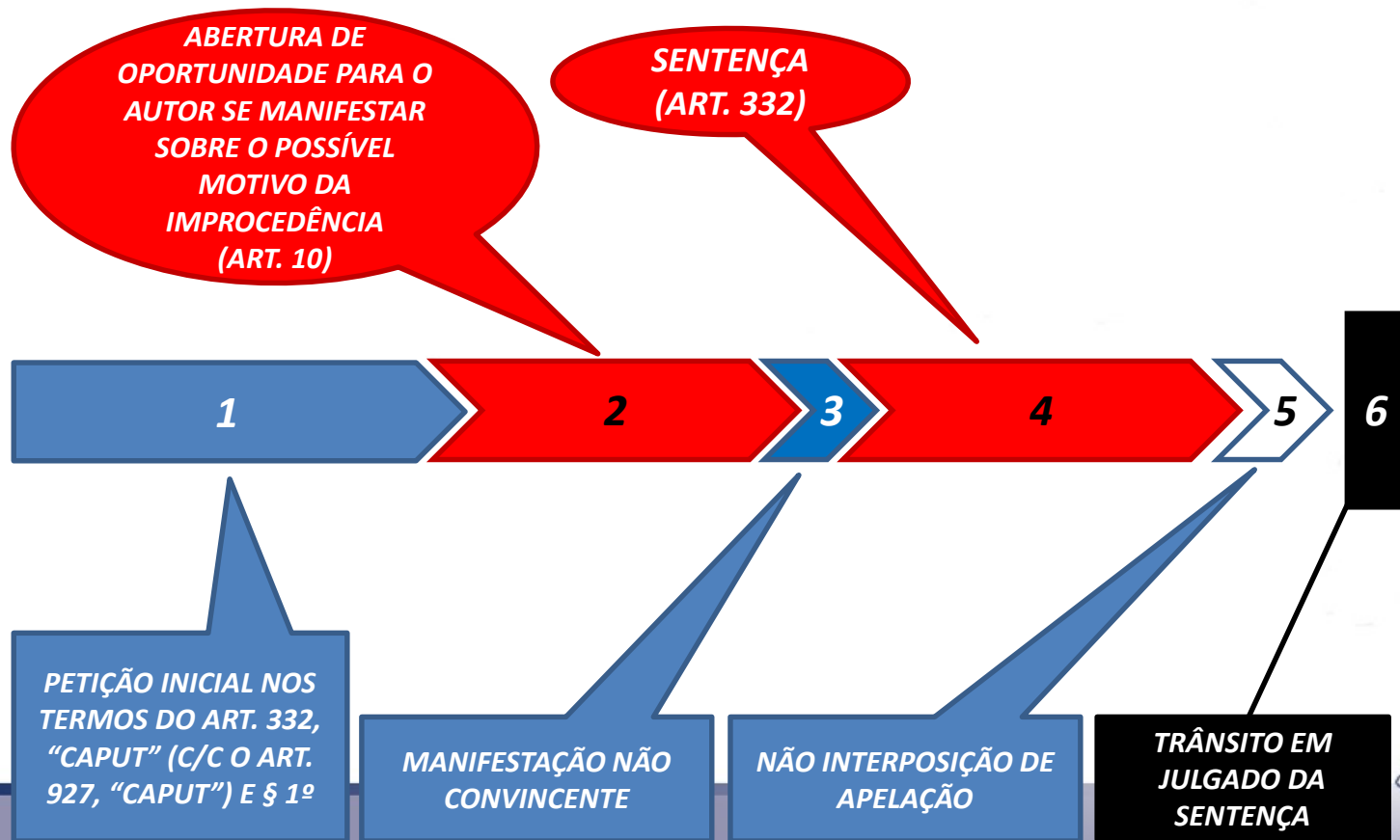
IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

(MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)



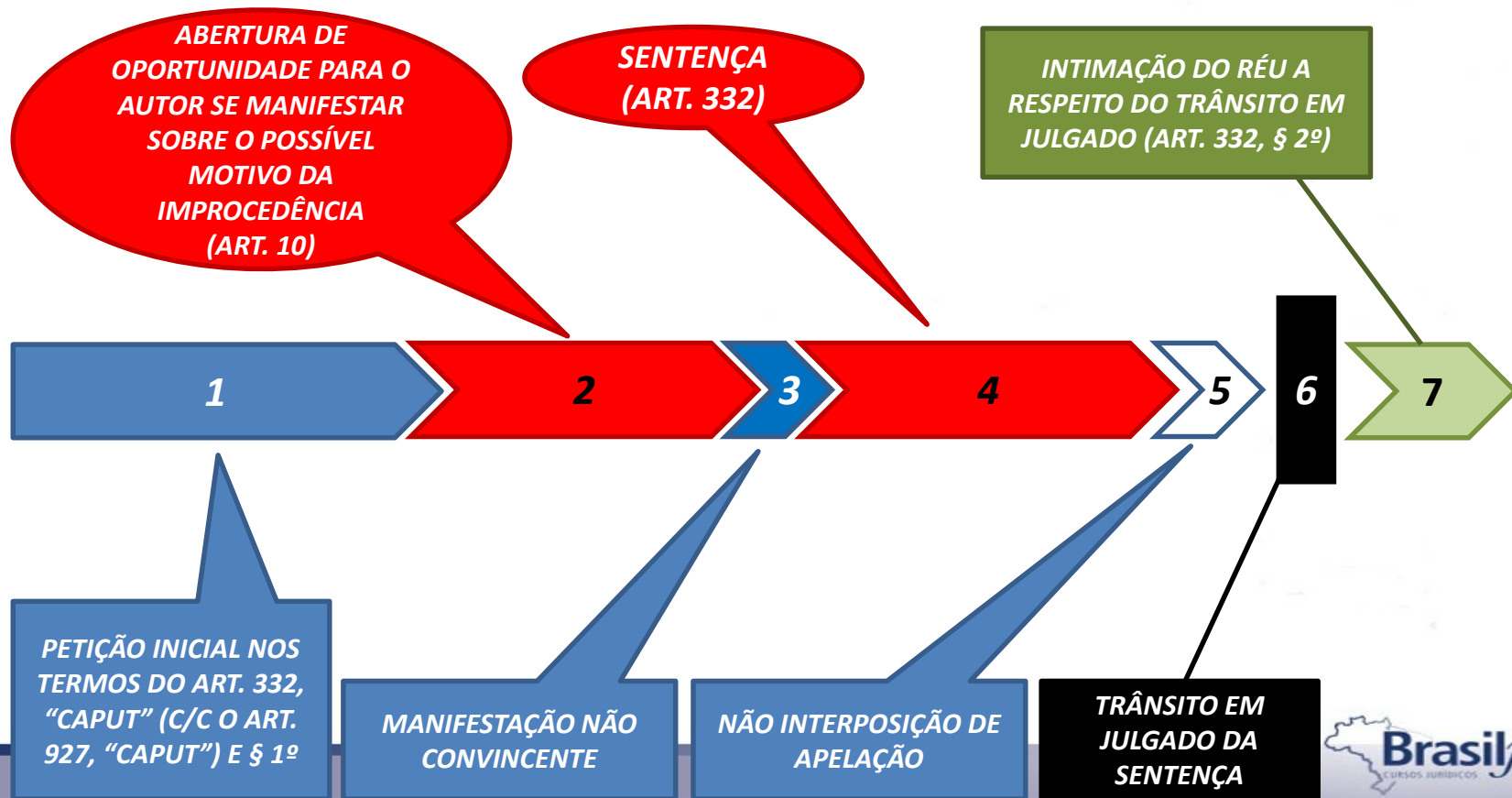
IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

(MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)



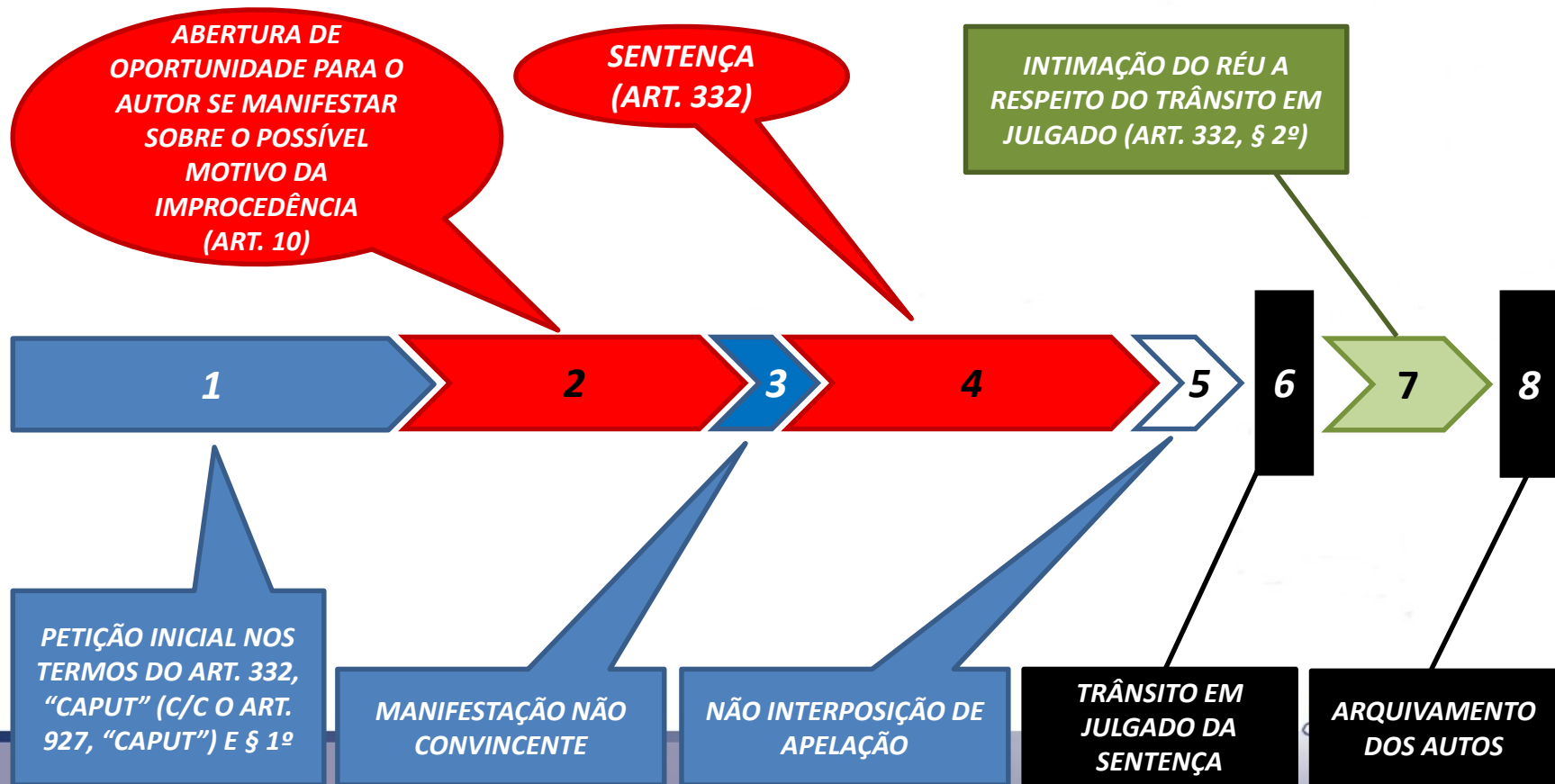
IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

(MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)



IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, SEM APELAÇÃO

(MOTIVO DA IMPROCEDÊNCIA NÃO DISCUTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. ENTENDIMENTO DE QUE O CONTRADITÓRIO DEVE SER PRÉVIO)



PROCEDIMENTO COMUM

***INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO
INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO***

Juízo de retratação positivo

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO

**SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)**

1

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO

**SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)**

1

2

**INTERPOSIÇÃO DE
APELAÇÃO**

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO

SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)

JUÍZO DE
RETRATAÇÃO
POSITIVO (ARTS.
331, "CAPUT", E 332,
§ 3º)

1

2

3

INTERPOSIÇÃO DE
APELAÇÃO

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO

SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)

JUÍZO DE
RETRATAÇÃO
POSITIVO (ARTS.
331, "CAPUT", E 332,
§ 3º)

CITAÇÃO DO RÉU PARA
CONTESTAR (ART. 334, § 4º,
II) OU PARA COMPARECER À
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334,
"CAPUT")

1

2

3

4

INTERPOSIÇÃO DE
APELAÇÃO

PROCEDIMENTO COMUM

***INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO
INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO***

Juízo de retratação negativo e negativa de provimento ao recurso pelo tribunal

**INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU
JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO
PELO TRIBUNAL**

**SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)**

1

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO PELO TRIBUNAL

**SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)**

1

2

**INTERPOSIÇÃO
DE APELAÇÃO**

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO PELO TRIBUNAL

**SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)**

**JUÍZO DE
RETRATAÇÃO
NEGATIVO (ARTS.
331, § 1º, E 332, §
4º)**

1

2

3

**INTERPOSIÇÃO
DE APELAÇÃO**

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO PELO TRIBUNAL

**SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)**

**JUÍZO DE
RETRATAÇÃO
NEGATIVO (ARTS.
331, § 1º, E 332, §
4º)**

1

2

3

4

**INTERPOSIÇÃO
DE APELAÇÃO**

**CITAÇÃO DO RÉU PARA
APRESENTAR
CONTRARRAZÕES À
APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E
332, § 4º)**

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

1

2

3

4

5

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

1

2

3

4

5

6

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO

1

2

3

4

5

6

7

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO

TRÂNSITO EM JULGADO

1

2

3

4

5

6

7

8

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO

TRÂNSITO EM JULGADO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

RETORNO DOS AUTOS

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E NEGATIVA DE PROVIMENTO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO

TRÂNSITO EM JULGADO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

RETORNO DOS AUTOS

ARQUIVAMENTO DOS AUTOS

PROCEDIMENTO COMUM

***INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO
INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO***

Juízo de retratação negativo e provimento do recurso pelo tribunal

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

**SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)**

1

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

**SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)**

1

2

**INTERPOSIÇÃO
DE APELAÇÃO**

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

**SENTENÇA QUE INDEFERE A
PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU
JULGA LIMINARMENTE
IMPROCEDENTE O PEDIDO
(ART. 332)**

**JUÍZO DE
RETRATAÇÃO
NEGATIVO (ARTS.
331, § 1º, E 332, §
4º)**

1

2

3

**INTERPOSIÇÃO
DE APELAÇÃO**

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

1

2

3

4

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

1

2

3

4

5

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

1

2

3

4

5

6

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

PROVIMENTO AO RECURSO

1

2

3

4

5

6

7

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

PROVIMENTO AO RECURSO

TRÂNSITO EM JULGADO

1

2

3

4

5

6

7

8

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

PROVIMENTO AO RECURSO

TRÂNSITO EM JULGADO

RETORNO DOS AUTOS

1

2

3

4

5

6

7

8

9

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO E PROVIMENTO DO RECURSO PELO TRIBUNAL

SENTENÇA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL (ART. 330) OU JULGA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO (ART. 332)

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (ARTS. 331, § 1º, E 332, § 4º)

PROVIMENTO AO RECURSO

TRÂNSITO EM JULGADO

RETORNO DOS AUTOS

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

CITAÇÃO DO RÉU PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO (ARTS 331, § 1º, E 332, § 4º)

APRESENTAÇÃO (OU NÃO) DE CONTRARRAZÕES

REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL

INTIMAÇÃO DO RÉU PARA CONTESTAR (ART. 334, § 4º, II) OU PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334, "CAPUT")

PROCEDIMENTO COMUM

NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL

NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

7 LEMBRANÇAS NECESSÁRIAS

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

7 LEMBRANÇAS NECESSÁRIAS:

1- na contagem de prazo em dias, computar-se-ão somente os dias úteis (art. 219 e seu parágrafo único);

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

**7 LEMBRANÇAS NECESSÁRIAS:
2 – o prazo para réplica é de 15 dias (arts. 350 e 351);**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

7 LEMBRANÇAS NECESSÁRIAS:

**3 – há texto do qual se extrai norma expressa no sentido de que é possível julgar
parcialmente o mérito da causa, por meio de decisão interlocutória
(art. 356);**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

7 LEMBRANÇAS NECESSÁRIAS:

4- a decisão de saneamento inclui a necessidade de delimitar as questões de direito relevantes para a decisão de mérito (art. 357, IV);

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

7 LEMBRANÇAS NECESSÁRIAS:

5 – as partes podem pedir esclarecimentos a respeito do saneamento (art. 357, § 1º);

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

7 LEMBRANÇAS NECESSÁRIAS:

**6 – as partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das
questões de fato e de direito (art. 357, § 2º);**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE NÃO ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO**

**NESTA HIPÓTESE, O PROCEDIMENTO COMUM DO CPC-2015 TEM
ESTRUTURA SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO
DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

7 LEMBRANÇAS NECESSÁRIAS:

7 – há possibilidade de o saneamento ser feito em cooperação com as partes, em audiência (art. 357, § 3º);

PROCEDIMENTO COMUM

NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL

NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO

OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**

1

PETIÇÃO INICIAL

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

1

2

PETIÇÃO INICIAL

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

**CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA (ART. 334,
"CAPUT") E INTIMAÇÃO DO
AUTOR (ART. 334, § 3º)**

1

2

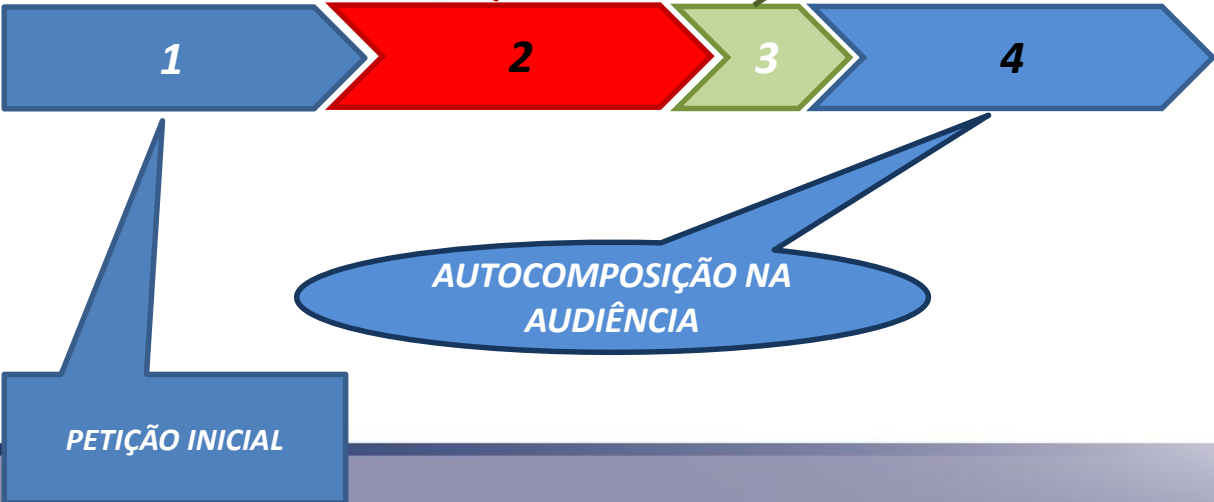
3

PETIÇÃO INICIAL

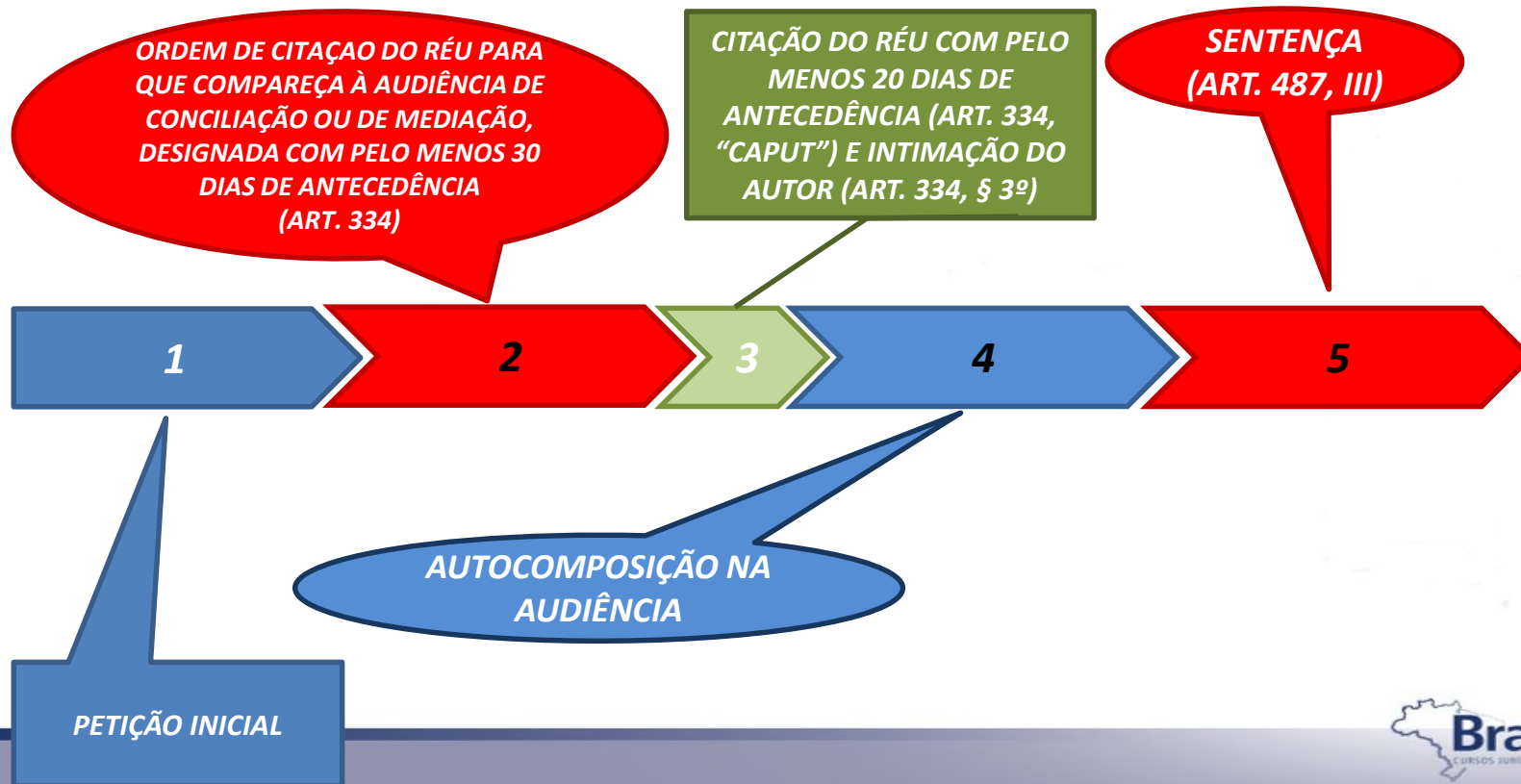
**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

**CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA (ART. 334,
"CAPUT") E INTIMAÇÃO DO
AUTOR (ART. 334, § 3º)**



NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO



NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO

ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)

CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA (ART. 334,
"CAPUT") E INTIMAÇÃO DO
AUTOR (ART. 334, § 3º)

SENTENÇA
(ART. 487, III)



AUTOCOMPOSIÇÃO NA
AUDIÊNCIA

PETIÇÃO INICIAL

NÃO INTERPOSIÇÃO DE
APELAÇÃO

NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO



PROCEDIMENTO COMUM

NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL

NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO

***NÃO OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE
MEDIAÇÃO***

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
NÃO OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**

1

PETIÇÃO INICIAL

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
NÃO OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

1

2

PETIÇÃO INICIAL

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
NÃO OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

**CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA, EM
RELAÇÃO À AUDIÊNCIA (ART.
334, "CAPUT") E INTIMAÇÃO
DO AUTOR (ART. 334, § 3º)**

1

2

3

PETIÇÃO INICIAL

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
NÃO OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**



**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
NÃO OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**



**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
NÃO OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**

ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO, DESIGNADA COM PELO MENOS 30 DIAS DE ANTECEDÊNCIA (ART. 334)

CITAÇÃO DO RÉU COM PELO MENOS 20 DIAS DE ANTECEDÊNCIA, EM RELAÇÃO À AUDIÊNCIA (ART. 334, "CAPUT") E INTIMAÇÃO DO AUTOR (ART. 334, § 3º)

ESTRUTURA PROCEDIMENTAL SIMILAR À DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO DO CPC-1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS



PETIÇÃO INICIAL

NÃO OCORRE AUTOCOMPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA OU UMA DAS PARTES NÃO COMPARECE

PRAZO DE 15 DIAS PARA CONTESTAR, CONTADOS DA DATA DA ÚNICA OU DA ÚLTIMA SESSÃO DE CONCILIAÇÃO (ART. 335, I)

PROCEDIMENTO COMUM

NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL

NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO

AUTOR MANIFESTA DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO DESIGNADA

RÉU REQUER CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
AUTOR MANIFESTA DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO DESIGNADA
RÉU REQUER CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA**

1

**PETIÇÃO INICIAL COM
MANIFESTAÇÃO
EXPRESSA DE
DESINTERESSE NA
AUTOCOMPOSIÇÃO
(ART. 334, § 4º, I)**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
AUTOR MANIFESTA DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO DESIGNADA
RÉU REQUER CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

1

2

**PETIÇÃO INICIAL COM
MANIFESTAÇÃO
EXPRESSA DE
DESINTERESSE NA
AUTOCOMPOSIÇÃO
(ART. 334, § 4º, I)**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
AUTOR MANIFESTA DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO DESIGNADA
RÉU REQUER CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

**CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA, EM
RELAÇÃO À AUDIÊNCIA (ART.
334, "CAPUT") E INTIMAÇÃO
DO AUTOR (ART. 334, § 3º)**

1

2

3

**PETIÇÃO INICIAL COM
MANIFESTAÇÃO
EXPRESSA DE
DESINTERESSE NA
AUTOCOMPOSIÇÃO
(ART. 334, § 4º, I)**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
AUTOR MANIFESTA DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO DESIGNADA
RÉU REQUER CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

**CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA, EM
RELAÇÃO À AUDIÊNCIA (ART.
334, "CAPUT") E INTIMAÇÃO
DO AUTOR (ART. 334, § 3º)**

1

2

3

4

**PETIÇÃO INICIAL COM
MANIFESTAÇÃO
EXPRESSA DE
DESINTERESSE NA
AUTOCOMPOSIÇÃO
(ART. 334, § 4º, I)**

**RÉU REQUER CANCELAMENTO
DA AUDIÊNCIA COM PELO
MENOS 10 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA DA DATA
DESIGNADA (ART. 334, § 5º)**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
AUTOR MANIFESTA DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO DESIGNADA
RÉU REQUER CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

**CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA, EM
RELAÇÃO À AUDIÊNCIA (ART.
334, "CAPUT") E INTIMAÇÃO
DO AUTOR (ART. 334, § 3º)**

1

2

3

4

**PETIÇÃO INICIAL COM
MANIFESTAÇÃO
EXPRESSA DE
DESINTERESSE NA
AUTOCOMPOSIÇÃO
(ART. 334, § 4º, I)**

**RÉU REQUER CANCELAMENTO
DA AUDIÊNCIA COM PELO
MENOS 10 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA DA DATA
DESIGNADA (ART. 334, § 5º)**

**AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE
MEDIAÇÃO**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
AUTOR MANIFESTA DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO DESIGNADA
RÉU REQUER CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

**CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA, EM
RELAÇÃO À AUDIÊNCIA (ART.
334, "CAPUT") E INTIMAÇÃO
DO AUTOR (ART. 334, § 3º)**

1

2

3

4

**PETIÇÃO INICIAL COM
MANIFESTAÇÃO
EXPRESSA DE
DESINTERESSE NA
AUTOCOMPOSIÇÃO
(ART. 334, § 4º, I)**

**RÉU REQUER CANCELAMENTO
DA AUDIÊNCIA COM PELO
MENOS 10 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA DA DATA
DESIGNADA (ART. 334, § 5º)**

**AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE
MEDIAÇÃO**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
AUTOR MANIFESTA DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO DESIGNADA
RÉU REQUER CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

**CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA, EM
RELAÇÃO À AUDIÊNCIA (ART.
334, "CAPUT") E INTIMAÇÃO
DO AUTOR (ART. 334, § 3º)**

1

2

3

4

5

**PETIÇÃO INICIAL COM
MANIFESTAÇÃO
EXPRESSA DE
DESINTERESSE NA
AUTOCOMPOSIÇÃO
(ART. 334, § 4º, I)**

**RÉU REQUER CANCELAMENTO
DA AUDIÊNCIA COM PELO
MENOS 10 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA DA DATA
DESIGNADA (ART. 334, § 5º)**

**PRAZO DE 15 DIAS PARA CONTESTAR,
CONTADOS DA DATA DO PROTOCOLO DO
REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO DA
AUDIÊNCIA (ART. 335, II)**

**NÃO É CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
NÃO É CASO DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO
O PROCESSO VERSA SOBRE DIREITOS QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO
AUTOR MANIFESTA DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO DESIGNADA
RÉU REQUER CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA**

**ORDEM DE CITAÇÃO DO RÉU PARA
QUE COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE
CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO,
DESIGNADA COM PELO MENOS 30
DIAS DE ANTECEDÊNCIA
(ART. 334)**

**CITAÇÃO DO RÉU COM PELO
MENOS 20 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA, EM
RELAÇÃO À AUDIÊNCIA (ART.
334, "CAPUT") E INTIMAÇÃO
DO AUTOR (ART. 334, § 3º)**

**ESTRUTURA PROCEDIMENTAL
SIMILAR À DO PROCEDIMENTO
COMUM ORDINÁRIO DO CPC-
1973, COM INOVAÇÕES PONTUAIS**

1

2

3

4

5

6

**PETIÇÃO INICIAL COM
MANIFESTAÇÃO
EXPRESSA DE
DESINTERESSE NA
AUTOCOMPOSIÇÃO
(ART. 334, § 4º, I)**

**RÉU REQUER CANCELAMENTO
DA AUDIÊNCIA COM PELO
MENOS 10 DIAS DE
ANTECEDÊNCIA DA DATA
DESIGNADA (ART. 334, § 5º)**

**PRAZO DE 15 DIAS PARA CONTESTAR,
CONTADOS DA DATA DO PROTOCOLO DO
REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO DA
AUDIÊNCIA (ART. 335, II)**

CONTESTAÇÃO

CPC-2015:

Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo **termo inicial** será a data:

I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 8º *O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.*

(...)

CPC-2015:

Art. 335. *O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo **termo inicial** será a data:*

(...)

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 4º *A audiência não será realizada:*

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

(...)

CPC-2015:

Art. 334. (...)

*§ 5º O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e **o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.***

CPC-2015:

Art. 334. (...)

§ 5º O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

DIAS ÚTEIS
(ART 219, "CAPUT")

CPC-2015:

Art. 335. *O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:*

(...)

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;

§ 1º ***No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência.***

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 6º *Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.*

(...)

CPC-2015:

Art. 335. *O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:*

(...)

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;

§ 1º *No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência.*

(...)

CPC-2015:

Art. 335. *O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo **termo inicial** será a data:*

I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;

*III - **prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.***

CPC-2015:

Art. 335. *O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:*

(...)

§ 2º ***Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência.***

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 4º *A audiência não será realizada:*

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

*II - **quando não se admitir a autocomposição.***

(...)

CPC-2015:

Art. 335. *O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:*

(...)

§ 2º *Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência.*

CPC-2015:

Art. 336. *Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.*

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

I - inexistência ou nulidade da citação;

II - incompetência absoluta e relativa;

III - incorreção do valor da causa;

IV - inépcia da petição inicial;

V - perempção;

VI - litispendência;

VII - coisa julgada;

VIII - conexão;

IX - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização;

X - convenção de arbitragem;

XI - ausência de legitimidade ou de interesse processual;

XII - falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar;

XIII - indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

(...)

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

§ 1º *Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.*

§ 2º *Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.*

§ 3º *Há litispendência quando se repete ação que está em curso.*

§ 4º *Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.*

§ 5º *Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo.*

§ 6º *A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem, na forma prevista neste Capítulo, implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.*

CPC-2015:

Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:

I - inexistência ou nulidade da citação;

(...)

CPC-2015:

Art. 239. *Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, **ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.***

§ 1º *O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, **fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.***

§ 2º *Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de:*

I - conhecimento, o réu será considerado revel;

II - execução, o feito terá seguimento.

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

*II - **incompetência** absoluta **e relativa**;*

(...)

CPC-2015:

Art. 64. *A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.*

§ 1º *A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.*

§ 2º *Após manifestação da parte contrária, o juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência.*

§ 3º *Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.*

§ 4º *Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.*

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

*III - **incorreção do valor da causa;***

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

IV - inépcia da petição inicial;

(...)

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

V - perempção;

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.*

§ 2º *A petição inicial, todavia, não será despachada sem a prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado.*

§ 3º *Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.*

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

VI - litispendência;

VIII – coisa julgada

(...)

CPC-2015:

Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:
(...)

§ 1º Verifica-se a **litispendência** ou a **coisa julgada** quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.

§ 4º Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

VIII - conexão;

(...)

CPC-2015:

Art. 54. *A competência relativa poderá modificar-se pela **conexão** ou pela **continência**, observado o disposto nesta Seção.*

CPC-2015:

Art. 56. *Dá-se a **continência** entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.*

CPC-2015:

Art. 57. Quando houver **continência** e a ação continente tiver sido proposta **anteriormente**, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

IX - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização;

(...)

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

X - convenção de arbitragem;

(...)

§ 6º *A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem, na forma prevista neste Capítulo, implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.*

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

*XI - **ausência de legitimidade ou de interesse processual;***

(...)

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

XII - falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar;

(...)

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:*

(...)

XIII - *indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.*

(...)

CPC-2015:

Art. 337. *Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:
(...)*

§ 5º *Excetuada a **convenção de arbitragem** e a **incompetência relativa**, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo.*

(...)

CPC-2015:

Art. 338. Alegando o réu, na contestação, ser **parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado**, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

Parágrafo único. Realizada a substituição, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8º.

CPC-2015:

Art. 338. Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

Parágrafo único. Realizada a substituição, **o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído**, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8º.

CPC-2015:

Art. 339. Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
(...)

CPC-2015:

Art. 339. (...)

§ 1º O autor, ao aceitar a indicação, procederá, no prazo de 15 (quinze) dias, à alteração da petição inicial para a substituição do réu, observando-se, ainda, o parágrafo único do art. 338.
(...)

CPC-2015:

Art. 339. (...)

§ 2º *No prazo de 15 (quinze) dias, o autor pode optar por alterar a petição inicial para incluir, como litisconsorte passivo, o sujeito indicado pelo réu.*

CPC-2015:

Art. 340. *Havendo alegação de incompetência relativa **ou absoluta**, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, **fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.***

(...)

CPC-2015:

Art. 340. (...)

§ 1º A contestação será submetida a livre distribuição ou, se o réu houver sido citado por meio de carta precatória, juntada aos autos dessa carta, seguindo-se a sua imediata remessa para o juízo da causa.

CPC-2015:

Art. 340. (...)

§ 2º Reconhecida a competência do foro indicado pelo réu, o juízo para o qual for distribuída a contestação ou a carta precatória será considerado preventivo.

(...)

CPC-2015:

Art. 340. (...)

*§ 3º Alegada a incompetência nos termos do caput, **será suspensa a realização da audiência de conciliação ou de mediação**, se tiver sido designada.*

*§ 4º Definida a competência, o juízo competente **designará nova data** para a audiência de conciliação ou de mediação.*

CPC-2015:

Art. 341. *Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:*

I - não for admissível, a seu respeito, a confissão;

(...)

CPC-2015:

Art. 341. *Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:*

(...)

II - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considerar da substância do ato;

(...)

CPC-2015:

Art. 341. *Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:*

(...)

II - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considerar da substância do ato;

(...)

**SUPRESSÃO DO
ADJETIVO "PÚBLICO"**

CPC-2015:

Art. 341. *Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:*

(...)

III - estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

(...)

CPC-2015:

Art. 341. *Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:*

(...)

Parágrafo único. *O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao **defensor público**, ao advogado dativo e ao curador especial.*

CPC-2015:

Art. 342. *Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando:*

I - relativas a direito ou a fato superveniente;

II - competir ao juiz conhecer delas de ofício;

III - por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.

RECONVENÇÃO

CPC-2015:

Art. 343. *Na contestação, é lícito ao réu propor **reconvenção** para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*

§ 1º *Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.*

§ 2º *A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.*

§ 3º *A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.*

§ 4º *A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.*

§ 5º *Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.*

§ 6º *O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.*

CPC-2015:

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a **ação principal** ou com o fundamento da defesa.

(...)

CPC-2015:

Art. 343. *Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*

§ 1º *Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.*

(...)

CPC-2015:

Art. 343. *Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*

(...)

§ 2º *A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.*

(...)

CPC-2015:

Art. 343. *Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, **conexa** com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*

(...)

§ 3º *A reconvenção pode ser proposta **contra o autor e terceiro.***

§ 4º *A reconvenção pode ser proposta pelo **réu em litisconsórcio com terceiro.***

(...)

CPC-2015:

Art. 343. *Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*

(...)

§ 5º *Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.*

(...)

CPC-2015:

Art. 343. *Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*

(...)

§ 6º *O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.*

REVELIA

CPC-2015:

Art. 344. *Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as **alegações de fato** formuladas pelo autor.*

CPC-2015:

Art. 345. *A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se:*

I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;

(...)

CPC-2015:

Art. 345. *A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se:*

(...)

II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

(...)

CPC-2015:

Art. 345. *A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se:*

(...)

III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;

**SUPRESSÃO DO
ADJETIVO "PÚBLICO"**

CPC-2015:

Art. 345. *A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se:*

(...)

IV - *as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.*

CPC-2015:

Art. 346. *Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos*
fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

Parágrafo único. *O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.*

CPC-2015:

Art. 349. *Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.*

Súmula do STF:

Enunciado n. 231. *O revel, em processo civil, pode produzir provas, desde que compareça em tempo oportuno.*